

Irã, Interesse Nacional e Proliferação Nuclear

Izadora Xavier
11/02/2006

A questão iraniana acerca do programa de enriquecimento de urânio saiu de foco nas principais notícias da última semana, tendendo a retornar apenas em março. Esta será a data quando, após uma quantidade considerável de controvérsia, o Conselho de Segurança das Nações Unidas discutirá o relatório que lhe deverá ser entregue pela AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica). Porquê há a possibilidade, ainda que pouca probabilidade, de medidas mais robustas serem tomadas contra as decisões do Irã configura uma questão relevante a ser tratada nesta análise. Porém, antes, é imperativa uma tentativa de explicação das razões por trás das medidas propostas pelo governo de Teerã. Dessa forma, veremos, a compreensão do panorama internacional mais imediato apresenta implicações relacionadas a aspectos mais profundos da sua organização.

Inicialmente, analisando a história recente deste país, notar-se-á o quanto ele está imerso em uma lógica de defesa de fronteiras com características modernas. As elites políticas e religiosas iranianas percebem a situação do país dentro de seu contexto regional como de ameaça constante à sua unidade nacional. E esta percepção tem causas que não estão expressas apenas por acontecimentos como o conflito Irã-Iraque. Única república islâmica xiita entre vários países de maioria sunita, a diversidade religiosa responsável por um isolamento da república iraniana é uma variável importante nesta questão. Somado a isso, considere-se que, finda a guerra relacionada ao Kuwait, tanto o Iraque de Saddam Hussein quanto o regime afegão do talibã alimentavam certa animosidade em relação ao Irã. Foi neste contexto que, depois de dezoito anos de trabalhos secretos, veio à tona a existência de um programa nuclear no Irã. Submetido a inspeções pelo órgão internacional de controle de energia atômica, o programa foi suspenso. Atualmente, Saddam no Iraque e o talibã afegão foram substituídos por ocupações norte-americanas na região, um país que, mesmo depois da tentativa de moderação do governo de Teerã, é considerado um dos grandes inimigos nacionais.

Uma preocupação que deriva do estabelecimento norte-americano na região é o impacto que uma perda de controle sobre o território iraquiano pode significar para a unidade nacional iraniana. Enquanto para os Estados Unidos a vitória xiita nas eleições parlamentares iraquianas pode significar uma aproximação indesejada do governo iraquiano em relação ao Irã, para os iranianos a possibilidade de organização dos curdos de forma possivelmente autônoma significaria uma tão temida desintegração de parte dos laços nacionais. E a questão da unidade nacional, já citada, não se refere apenas aos curdos, mas também a diversas outras etnias relacionadas a países do antigo bloco soviético. Dessa forma, um primeiro passo para entendermos o rompimento dos lacres da AIEA depende da compreensão da situação de ameaça à soberania sentida pelo governo do país e o desejo de

reafirmação dos laços nacionais que pode ser alcançado através do estabelecimento do Irã como potência nuclear.

Todavia, a possibilidade de surgimento de uma nova potência nuclear deveria, de fato, ser anulada a partir de esforços da AIEA. Martin Wigth esclarece as falhas inerentes ao trabalho da AIEA na contenção da proliferação indiscriminada de tecnologia nuclear. As principais, segundo o autor, seriam o conflito de interesses entre os países que fazem parte do Tratado de Não-Proliferação, inclusive entre aqueles que já detêm bombas nucleares. Em segundo lugar, a baixa capacidade de sancionamento de tal órgão internacional permite que o Irã, apesar de toda controvérsia, retorne, de forma relativamente livre, à pesquisa do urânio.

Cabe aqui colocar outro ponto do autor acerca de “potências” médias que não participam de alianças militares e se sentem ameaçados pelos seus vizinhos: eles tendem a não assinar o tratado e cultivar armas nucleares, como foram os casos da Índia e Israel. Nos últimos dias, o Irã ameaçou também se retirar do Tratado. Tudo anteriormente explicitado admite que, apesar das afirmações do presidente Ahmajnedin acerca do caráter pacífico da pesquisa iraniana, não seria inesperado a aquisição por parte do Irã de armamento nuclear. De qualquer forma, não é apenas a ineficácia do TNP que garante a liberdade de manobra do Irã. Esclareçamos algumas das razões para chegar a tal conclusão. Apesar de enfim levado ao Conselho de Segurança como possível alvo de sanções, a razão mais premente para acreditar-se que nenhuma medida mais severa será tomada contra o Irã deriva do fato de seu maior impacto nas dinâmicas internacionais pode ser entendido a partir da sua produção petrolífera. Importante como fonte de petróleo para outros membros do P-5 que não estão representados no grupo do E3 (Grã-Bretanha, França e Alemanha), principal responsável pela preocupação com a discordância do Irã ao TNP, a dependência russa e chinesa do petróleo iraniano possivelmente se traduziria em um veto sobre qualquer resolução mais dura do Conselho.

De fato, mais uma vez o petróleo vem à baila quando se trata da preocupação européia e do apoio americano em frear o desenvolvimento nuclear no Irã. O interesse chinês em estabelecer acordos e, mesmo no caso de uma produção estritamente pacífica de energia nuclear, o benefício que a economia deste país gozaria já é um motivo de preocupação por parte das economias ocidentais. Naturalmente, como nos mostra mais de uma década de história, as riquezas do Oriente Médio e a instabilidade da região são motivo de interesse e preocupação constante pelas potências ocidentais, e a relutância de cooperação por alguns países da região derivada exatamente dessa preocupação excessiva acaba fragilizando ainda mais o equilíbrio de poder regional.

Contudo, o E3 vinha conseguindo estabelecer um diálogo positivo com Teerã até o episódio do rompimento dos lacres. Era entendido que negociações com o país poderiam se desenvolver se pudesse ser oferecido, provavelmente pelos Estados Unidos, um ambiente que pudesse ser entendido pelo governo iraniano como de segurança. A política americana na região, todavia, parece ter surtido efeito oposto. Ainda assim, mesmo que em discursos o presidente não recuse a hipótese de um uso militar direto para impedir o desenvolvimento de armas nucleares pelo Irã, o custo que têm sido a operação no Iraque torna difícil crer que a opinião pública americana aceitaria o custo de outra empreitada. E a fragilidade do momento política israelense também diminui a possibilidade de ataques como os que foram feitos aos suposto espaços iraquianos de pesquisa nuclear.

Assim sendo, tudo leva a crer que pouco além do estritamente diplomático poderá ser feito para impedir, se for mesmo esta a intenção do Irã, de produzir armamentos

nucleares. Cabe agora a comunidade internacional preparar-se para os possíveis efeitos que uma nova potência nuclear naquela região.

Quanto ao Brasil, se provado o caráter militar das pesquisas iranianas, a questão de Rezende pode ser de novo levantado e com mais desconfiança. Contudo, é difícil crer que um país como o Brasil sofreria tanta pressão e polêmica quanto o Irã. Principalmente, frente ao surgimento de uma nova potência nuclear a partir da paralisia do Conselho de Segurança, o golpe que sofreria o multilateralismo, o direito internacional e, mais uma vez, o sistema-ONU, poderia fazer com que, a longo prazo, o Brasil tivesse que rever suas posições em política exterior.